



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.478, DE 2023**

**(Do Sr. Da Vitoria e outros)**

Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

(Dos Srs. DA VITÓRIA e outros)

Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de longo prazo e dá outras providências, para estimular o desenvolvimento econômico, produtivo e social e a articulação de planos nacionais, setoriais e regionais e dos setores público e privado.

Art. 2º São diretrizes do planejamento do desenvolvimento econômico e social nacional equilibrado:

- I – o estímulo do crescimento econômico e o mercado interno;
- II – a diversificação da estrutura produtiva;
- III – a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação;
- IV – o fomento da transição energética, da descarbonização e do desenvolvimento sustentável; e





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Da Vitória- PP/ES**

V – a redução das desigualdades econômicas, regionais e sociais.

Art. 3º Os planos nacionais, setoriais e regionais serão formulados e articulados com base no planejamento equilibrado de que dispõe esta Lei.

Parágrafo único. O planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, conforme dispõe o art. 174 da Constituição Federal, observada a competência do Estado como agente normativo e regulador e as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, bem como a possibilidade de exploração direta quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, de que trata o art. 173 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE LONGO PRAZO**

Art. 4º O Poder Executivo Federal estabelecerá Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo com a definição de setores estratégicos a serem estimulados e de objetivos e metas quantitativas e qualitativas por atividade econômica.

§ 1º Sem prejuízo de outras dimensões, as metas de que dispõe o § 1º deste artigo conterão indicadores de:

- I – nível de produção desejada;
- II – estímulo a encadeamentos produtivos intra e interssetoriais;
- III – número de empregos gerados;
- IV – incorporação de tecnologias e inovações;
- V – redução de emissões e sustentabilidade;
- VI – salários, qualidade das ocupações e bem-estar dos trabalhadores;





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

VII – redução de desigualdades regionais e sociais e equidade de gênero e raça;

§ 2º O plano de que dispõe o *caput* deste artigo terá 10 (dez) anos de duração e contará com planejamento integrado com metas anuais e quinquenais intermediárias.

§ 3º O Plano de que dispõe o *caput* deste artigo será responsável por articular os planos e políticas nacionais, setoriais e regionais de que dispõe o art. 3º desta Lei.

§ 4º A definição de objetivos, metas e indicadores dos planos e políticas de que trata o art. 3º desta Lei será harmonizada com os objetivos, metas e indicadores do Plano de que dispõe o *caput* deste artigo.

Art. 5º São instrumentos para a consecução do plano de que trata esta Lei, entre outros:

- I – subvenção econômica;
- II – financiamentos públicos em condições favorecidas;
- III – a atuação de empresas estatais e participação societária da administração pública em empreendimentos privados;
- IV – bônus tecnológico;
- V – encomenda tecnológica;
- VI – incentivos fiscais;
- VII – concessão de bolsas;
- VIII – uso do poder de compra do Estado;
- IX – criação de fundos públicos de investimentos e de participação;
- XI – títulos financeiros, incentivados ou não;
- XII – previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais;





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

XIII – previsão de índices mínimos de compras de produtos e serviços nacionais ou de realização de etapas produtivas em território nacional em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais;

XIV – articulação com os serviços sociais autônomos previstos na legislação federal em atividades de educação, capacitação profissional, assistência técnica, consultoria de negócios e apoio à pesquisa.

Art. 6º São setores prioritários entre os setores estratégicos a serem incluídos no plano de que dispõe esta Lei:

- I – agricultura familiar;
- II – produção e serviços florestais;
- III – minerais estratégicos;
- IV – energia;
- V – indústria química;
- VI – produtos farmoquímicos e farmacêuticos;
- VII – máquinas e equipamentos;
- VIII – eletroeletrônico;
- IV – automotivo;
- X – aeroespacial;
- XI – indústria de defesa;
- XII – construção e infraestrutura social;
- XIII – telecomunicações e seu complexo industrial;
- XIV – saúde pública e seu complexo industrial; e
- XV – turismo.

§ 1º O Poder Executivo disporá em decreto sobre os objetivos e metas por setor econômico e sobre setores e atividades adicionais àqueles previstos neste artigo, observado o disposto do art. 7º desta Lei.

§ 2º Nos setores relevantes serão privilegiadas as tecnologias:





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

I – que propiciem o avanço econômico e a solução dos problemas sociais mediante o uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, dados, inteligência artificial, robótica, manufatura avançada e outros campos da fronteira tecnológica;

II – que garantam bioenergia, bioagricultura intensiva e biomateriais; e

III – que utilizem materiais avançados e processos produtivos inovadores para o desenvolvimento de construções sustentáveis, inteligentes e resilientes.

Art. 7º Fica instituído o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social, responsável por definir o Plano e os setores estratégicos, bem como os objetivos e as metas de que dispõe o art. 4º desta Lei.

§ 1º O Conselho de que trata o *caput* deste artigo, além do Presidente da República, que o presidirá, terá 20 (vinte) membros:

I – 10 (dez) representantes do Poder Executivo federal, responsáveis, em nível ministerial, pelos seguintes assuntos:

- a) planejamento e orçamento;
- b) desenvolvimento econômico, indústria, serviços e comércio exterior;
- c) agricultura e desenvolvimento agrário;
- d) ciência e tecnologia;
- e) infraestrutura;
- f) assuntos fazendários;
- g) meio ambiente;
- h) desenvolvimento regional;
- i) trabalho e emprego; e
- j) direitos humanos; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

II – 10 (dez) representantes do Congresso Nacional, sendo 5 (cinco) indicados pela Mesa da Câmara dos Deputados e 5 (cinco) indicados pela Mesa do Senado Federal.

§ 2º Decreto do Poder Executivo nomeará ou convidará representantes e seus respectivos suplentes para o Conselho de que trata o *caput* deste artigo e disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social encaminhará suas decisões para os órgãos e autoridades públicas responsáveis por sua implementação, devendo monitorar os resultados alcançados.

Art. 8º O Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social será auxiliado por conselhos setoriais criados por lei ou por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os conselhos setoriais de que dispõe o *caput* deste artigo contarão com representantes governamentais e representantes de associações patronais, de sindicatos de trabalhadores, da área acadêmica e de pesquisa e da sociedade civil.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ACOMPANHAMENTO E DA ARTICULAÇÃO DO PLANEJAMENTO NACIONAL**

Art. 9º O acompanhamento do planejamento de que dispõe esta Lei será realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Art. 10. O Poder Executivo prestará contas trimestralmente, em relatório pormenorizado, sobre o cumprimento e avaliação dos resultados do planejamento estabelecido por esta Lei.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará anualmente as prestações de contas que dispõe o *caput* deste artigo.

§ 2º A apreciação de que trata o § 1º deste artigo incluirá:





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

I – avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas propostos;

II – sugestão de medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo, em caso de descumprimento parcial de objetivos e metas; e

III – indicação de reformulação de ações ou de redesenho de políticas públicas, em caso de descumprimento generalizado de objetivos e metas.

Art. 11. Os serviços sociais autônomos previstos na legislação federal orientarão suas atividades para o atendimento tanto das diretrizes e da articulação do planejamento de que trata esta Lei, quanto dos objetivos e das metas do Plano Nacional de que dispõe o art. 4º desta Lei, atuando em conformidade com suas respectivas atribuições e setores econômicos e sociais aos quais são vinculados.

§ 1º Em atividades de educação, capacitação profissional, assistência técnica, consultoria de negócios e apoio à pesquisa, mediante convênio celebrado com as secretarias de ensino de Estados e Municípios, os serviços de que dispõe o *caput* deste artigo deverão:

I – participar de ações de formação continuada de professores;  
e

II – compartilhar laboratórios, equipamentos e instalações para uso por alunos da rede pública.

§ 2º Para fins do cumprimento neste artigo, os serviços previstos no *caput* deste artigo deverão encaminhar trimestralmente ao Poder Executivo relatório sobre execução das atividades vinculadas ao Plano Nacional de que trata esta Lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Art. 12. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo será estabelecido em até 12 (doze) meses após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), da Câmara dos Deputados, aprovou em 2021 a criação de grupo de trabalho para realizar o estudo *Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia*. Liderada pelos Relatores do estudo, os Deputados Da Vitória e Francisco Jr., foi realizada pesquisa extensa que se debruçou sobre o estímulo ao desenvolvimento produtivo e os elementos centrais para a retomada do desenvolvimento em um contexto de necessidade de superação das dificuldades econômicas e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19.

Os diversos planos de retomada da economia no período pós-pandemia entre os principais países na economia mundial apresentam medidas para recuperação econômica e social sob novas bases econômicas, produtivas e sociais que sejam melhores do que a trajetória anterior, o que demonstra preocupação com mudanças estruturais para se aproveitarem as transformações tecnológicas atuais e a transição energética para uma economia de baixo carbono, em consonância com o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como conclusão do estudo do Cedes foram encaminhadas onze proposições estruturantes para essa retomada em novas bases que incluem medidas para o planejamento de longo prazo, a conectividade da agricultura familiar, o aprimoramento da preferência por produtos e serviços nacionais nas compras públicas, o fomento à bioeconomia, melhorias do ambiente de negócios e desenvolvimento das telecomunicações e de tecnologias nacionais e de capacitação e educação digital. Esta Proposição que ora apresentamos é fruto dessas conclusões.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Sugerimos trazer para o arcabouço institucional de formulação de política pública no Brasil elementos de planejamento do desenvolvimento econômico e social, previstos em particular pelo § 1º do art. 174, da Constituição Federal de 1988, com o intuito de promover plano de longo prazo para endereçar diversos desafios encontrados na sociedade brasileira. Acreditamos que é necessário planejar a retomada econômica em nosso país de maneira estratégica e com objetivos e metas adequados para o desenvolvimento nacional equilibrado, sustentável e inclusivo.

A articulação política e institucional do plano deve ser ressaltada, para que haja convergência de atores e agentes econômicos em direção a um novo modelo de desenvolvimento. A União tem competência para legislar sobre planos nacionais, regionais e setoriais, com destaque para a atuação do Congresso Nacional nesse contexto. A criação de um Conselho Nacional e de Conselhos Setoriais e a articulação entre diferentes planos, órgãos públicos, empresas estatais e serviços sociais autônomos são centrais para um planejamento integrado.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade brasileira para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento econômico e social nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

Sala das Sessões, em            de            de 2023.

Deputado DA VITÓRIA  
(Presidente do CEDES e Relator)





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

|                                |                         |                              |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| Deputado AMOM MANDEL           | Deputado ARNALDO JARDIM | Deputada BENEDITA DA SILVA   |
| Deputada BIA KICIS             | Deputada DANDARA        | Deputado DR. VICTOR LINHALIS |
| Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR | Deputado GUSTAVO GAYER  | Deputado HELIO LOPES         |
| Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA  | Deputado OSMAR TERRA    | Deputado PEDRO UCZAI         |
| Deputado RODRIGO GAMBALE       | Deputado RUBENS OTONI   | Deputado ZÉ VITOR            |

Apresentação: 10/05/2023 14:56:50.773 - MESA

PL n.2478/2023



\* CD 233104341700 \*

ExEdit



## **Projeto de Lei** **(Do Sr. Da Vitoria)**

Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD233104341700, nesta ordem:

- 1 Dep. Da Vitoria (PP/ES)
- 2 Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
- 3 Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 4 Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL  
Art. 173, 174

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>

**FIM DO DOCUMENTO**